



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

ESTADO DE MINAS GERAIS



### ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

#### Lei Ordinária n. 437/2021

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 437/2021 em sessão ordinária de 30 de abril de 2021 de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 437 e, em ato contínuo, promulga a Lei Ordinária n. 437 de 05 de maio de 2021.

Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 05 de maio de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 05 de maio de 2021.

  
Eldimá Caldeira Benfica.

Prefeito Municipal

Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Assina: Liliane Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

ESTADO DE MINAS GERAIS



### Lei Ordinária nº 437/2021

Publicado  
Quinta de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bureau Ilene Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

*Dispõe sobre a delegação da prestação de serviços públicos, prevista no art. 175, da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 106, 107, 108 e 109 da Lei Orgânica do Município de Jequitai/Mg e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

### **CAPÍTULO I** **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 1º A delegação dos serviços públicos mediante concessão e permissão reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, pelos arts. 106, 107, 108 e 109 da Lei Orgânica do Município de Jequitai/Mg, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos termos ou contratos que celebrou ou vier a celebrar.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Poder Concedente ou Permitente: o Município de Jequitai/Mg ou entidade da Administração Municipal indireta, incluindo consórcios públicos firmados em conformidade com a Lei Federal 11.107/2005, em cuja a competência se encontre o serviço público;

II - concessão de serviço público: é a delegação por prazo determinado, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou

*Ilene Oliveira*



Art. 4º A delegação, sob a modalidade de concessão ou de permissão, não terá o caráter de exclusividade, salvo na hipótese técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o dispositivo anterior.

Art. 5º A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato, por prazo determinado, devendo observar os termos desta Lei, da Lei Federal 8.789/95, as normas pertinentes e o edital de licitação.

Art. 6º. O Concedente ou Permitente poderá delegar os serviços públicos ou de utilidade públicos através da Gestão Associada ou da Prestação Regionalizada.

### **CAPÍTULO DO SERVIÇO ADEQUADO**

Art. 7º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão ou de permissão.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade e cortesia na sua prestação e que atenda à regulamentação específica estabelecida pelo Poder Público Concedente;

§ 2º A atualidade compreende a modernidade de técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

**Publicado no**  
**Quarto de Avisos**

de 05 / 05 / 2021 a 20 / 05 / 2021

*Arana Ribeiro Oliveira*  
Secretaria Municipal de Gestão



VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

**CAPÍTULO**  
**DA POLÍTICA TARIFÁRIA**

Publicado no  
Quarto de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruna Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

Art. 9º As tarifas cobradas diretamente dos usuários são o componente básico da remuneração devida às concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

§ 1º No caso de permissão, caberá ao Poder Concedente a fixação das tarifas de cada item do serviço permissionado.

§ 2º No caso de concessão, caberá ao concessionário a fixação das tarifas de cada item do serviço prestado, observados os limites máximos estabelecidos pelas tarifas ao longo do prazo contratual.

§ 3º O Poder Concedente poderá estabelecer fontes acessórias de receita em favor da concessionária ou permissionária, de acordo com as peculiaridades do serviço, concedido ou permitido.

Art. 10. Às tarifas assegurar-se-á o seu valor real ao longo do prazo contratual, por meio de reajuste periódico.

Parágrafo Único. Ressalvado o imposto sobre a renda, a criação ou alteração de quaisquer tributos, tarifas ou encargos legais implicará na imediata revisão da tarifa, de modo a assegurar-se o equilíbrio econômico e financeiro da equação econômica prevista no contrato.

Art. 11. A concessão de gratuidade e o seu exercício em serviço público, prestado de forma indireta, ficam subordinados ao seu

*Almeida*



IV - melhor técnica para garantir a prestação do serviço público adequado;

V - a combinação dos critérios referidos nos incisos I, II e IV deste artigo.

Parágrafo Único. A combinação do critério previsto no inciso V só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para a avaliação econômico-financeiro.

Art. 15. A delegação de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 4º.

Art. 16. Considerar-se-á desclassificada a proposta que:

I - necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público controlador da referida entidade;

III - for manifestamente inexecutável ou financeiramente incompatível com os objetivos da licitação;

IV - cobrar valor simbólico, irrisório ou igual a zero;

V - não atender às exigências do edital;

VI - conter vantagem ou preço baseado em ofertas dos demais licitantes.



Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruno Hileno Oliveira  
Secretário de Administração

essenciais previstas nesta Lei;

XI - nos casos de concessão de serviços públicos, envolvendo a obrigação associada de investimento, os dados relativos ao investimento, dentre os quais, nos casos de obras, os elementos do projeto básico a permitir sua plena caracterização;

XII - as garantias a serem fornecidas pelo concessionário quanto à adequada execução dos serviços, na forma do seguro ou garantia.

Art. 18. É facultado ao Poder Concedente, desde que previsto no edital, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa, antes da celebração do contrato.

**CAPÍTULO VI**  
**DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

Publicado no  
Quartel de Aviso  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Ana Lúcia Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequiá

Art. 19. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, à área, metas e prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - às tarifas de referência e aos critérios e procedimentos para o reajuste das mesmas;

V - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI**

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO**

**Lei Ordinária n. 437/2021**

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 437/2021 em sessão ordinária de 30 de abril de 2021 de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 437 e, em ato contínuo, promulga a Lei Ordinária n. 437 de 05 de maio de 2021.

Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 05 de maio de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 05 de maio de 2021.

  
Eldima Caldeira Benfica.

**Prefeito Municipal**

PUBLICADO NO  
Quadro de AVISOS  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Luana Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai







PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

ESTADO DE MINAS GERAIS



### Lei Ordinária nº 437/2021

Publicado  
Quinta de Avisos  
de 05/05/2021  
Ass: Ilmar Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

*Dispõe sobre a delegação da prestação de serviços públicos, prevista no art. 175, da Constituição Federal de 1998 e nos arts. 106, 107, 108 e 109 da Lei Orgânica do Município de Jequitai/Mg e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

### **CAPÍTULO I** **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 1º A delegação dos serviços públicos mediante concessão e permissão reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, pelos arts. 106, 107, 108 e 109 da Lei Orgânica do Município de Jequitai/Mg, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos termos ou contratos que celebrou ou vier a celebrar.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Poder Concedente ou Permitente: o Município de Jequitai/Mg ou entidade da Administração Municipal indireta, incluindo consórcios públicos firmados em conformidade com a Lei Federal 11.107/2005, em cuja a competência se encontre o serviço público;

II - concessão de serviço público: é a delegação por prazo determinado, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou

diálogo competitivo, envolvendo ou não obrigação associada de investimento, feita pelo Poder Concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

III – concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

V - concessão de obra pública: é a delegação contratual, pelo Poder Concedente, da construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, mediante licitação, na modalidade de concorrência à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado pela exploração da obra;

VI - permissão de serviço público: é a delegação da execução dos serviços públicos, por ato unilateral e a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos ou de utilidade pública, pelo Poder Permitente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º O Poder Concedente ou Permitente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da delegação de que trata esta Lei, caracterizando o seu objeto, área e prazo.

Publicado no  
Quintal de Avisos  
de 05/05/2021 20/05/2021  
Bruna Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequiá





Art. 4º A delegação, sob a modalidade de concessão ou de permissão, não terá o caráter de exclusividade, salvo na hipótese técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o dispositivo anterior.

Art. 5º A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato, por prazo determinado, devendo observar os termos desta Lei, da Lei Federal 8.789/95, as normas pertinentes e o edital de licitação.

Art. 6º. O Concedente ou Permitente poderá delegar os serviços públicos ou de utilidade públicos através da Gestão Associada ou da Prestação Regionalizada.

### **CAPÍTULO DO SERVIÇO ADEQUADO**

Art. 7º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão ou de permissão.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade e cortesia na sua prestação e que atenda à regulamentação específica estabelecida pelo Poder Público Concedente;

§ 2º A atualidade compreende a modernidade de técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

**PUBLICADO NO**  
**Quarto de Avisos**

de 05 / 05 / 2021, de 05 / 2021

*Aruma Helen Oliveira*  
Prefeitura Municipal de Jequiá





I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações ou equipamentos;

II - por inadimplemento do usuário, considerando interesse da coletividade; ou

III - determinado pelo Poder Público no exercício de suas funções.

Parágrafo único: A interrupção do serviço na hipótese prevista no inciso II do § 3º deste artigo não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

## **CAPÍTULO** **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

Art. 8º Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I – receber serviço adequado;

II - receber do Poder Concedente, das concessionárias ou permissionárias informações para a defesa de interesse individual ou coletiva;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do Poder Concedente;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da concessionária ou permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária ou permissionária na prestação do serviço;

Quarto de Avisos

de 05/05/2021 a 20/05/2021

Bruna Liliene Oliveira

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Publicado no  
Quarto de Avisos

**CAPÍTULO**  
**DA POLÍTICA TARIFÁRIA**

de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruna Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

Art. 9º As tarifas cobradas diretamente dos usuários são o componente básico da remuneração devida às concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

§ 1º No caso de permissão, caberá ao Poder Concedente a fixação das tarifas de cada item do serviço permissionado.

§ 2º No caso de concessão, caberá ao concessionário a fixação das tarifas de cada item do serviço prestado, observados os limites máximos estabelecidos pelas tarifas ao longo do prazo contratual.

§ 3º O Poder Concedente poderá estabelecer fontes acessórias de receita em favor da concessionária ou permissionária, de acordo com as peculiaridades do serviço, concedido ou permitido.

Art. 10. Às tarifas assegurar-se-á o seu valor real ao longo do prazo contratual, por meio de reajuste periódico.

Parágrafo Único. Ressalvado o imposto sobre a renda, a criação ou alteração de quaisquer tributos, tarifas ou encargos legais implicará na imediata revisão da tarifa, de modo a assegurar-se o equilíbrio econômico e financeiro da equação econômica prevista no contrato.

Art. 11. A concessão de gratuidade e o seu exercício em serviço público, prestado de forma indireta, ficam subordinados ao seu

*Adm*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

ESTADO DE MINAS GERAIS



automático e imediato custeio, preservando, desse modo, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 12. A gratuidade em serviço público prestado de forma indireta, sempre executada de forma menos onerosa para a delegatária, será exercida nos serviços públicos regulares ou convencionais, salvo se inexistir oferta desses serviços, quando então poderá ser exercida nos serviços especiais.

Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Ana Lúcia Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

### **CAPÍTULO V DA LICITAÇÃO**

Art. 13. Toda concessão, precedida ou não de obra pública, ou permissão será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, competitividade, igualdade do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 14. A licitação de concessão ou permissão de serviço público deverá considerar um dos seguintes critérios:

I - o menor valor da tarifa principal de referência do serviço público a ser prestado, caso em que o prazo de concessão deverá ser fixado no edital de licitação;

II - menor prazo de concessão, caso em que a tarifa deverá ser fixada no edital de licitação;

III - a oferta mais vantajosa para o Município, nos casos em que esteja previsto pagamento entre o Poder Concedente e o concessionário, associado à delegação da concessão, proveniente de qualquer das partes, estando o prazo e a tarifa fixados no edital;

*[Assinatura]*



IV - melhor técnica para garantir a prestação do serviço público adequado;

V - a combinação dos critérios referidos nos incisos I, II e IV deste artigo.

Parágrafo Único. A combinação do critério previsto no inciso V só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para a avaliação econômico-financeiro.

Art. 15. A delegação de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 4º.

Art. 16. Considerar-se-á desclassificada a proposta que:

I - necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público controlador da referida entidade;

III - for manifestamente inexecutável ou financeiramente incompatível com os objetivos da licitação;

IV - cobrar valor simbólico, irrisório ou igual a zero;

V - não atender às exigências do edital;

VI - conter vantagem ou preço baseado em ofertas dos demais licitantes.



Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruno Hilary Oliveira  
Secretário Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI**

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Art. 17. O edital de licitação será elaborado pelo Poder Concedente ou Permitente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e conterá especialmente:

- I - o objeto, área, metas e prazo da concessão;
- II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III - os prazos para recebimento de propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato de concessão;
- IV - prazo, local e horário em que estarão disponíveis aos interessados os estudos e informações adicionais relacionados ao serviço, objeto da licitação;
- V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- VI - as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;
- VII - os direitos e obrigações do Poder Concedente e da Concessionária;
- VIII - critérios de reajuste e de revisão da tarifa;
- IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;
- X - a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas

Publicado no  
Quadro de Avisos

de 05/05/2021 a 20/05/2021

Anna Rita Oliveira

Secretaria Municipal de Licitação

OK



essenciais previstas nesta Lei;

XI - nos casos de concessão de serviços públicos, envolvendo a obrigação associada de investimento, os dados relativos ao investimento, dentre os quais, nos casos de obras, os elementos do projeto básico a permitir sua plena caracterização;

XII - as garantias a serem fornecidas pelo concessionário quanto à adequada execução dos serviços, na forma do seguro ou garantia.

Art. 18. É facultado ao Poder Concedente, desde que previsto no edital, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa, antes da celebração do contrato.

**CAPÍTULO VI**  
**DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

Publicado no  
Quartel de Aviso  
em 05/05/2021, às 20h05  
Ana Lúcia Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

Art. 19. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, à área, metas e prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - às tarifas de referência e aos critérios e procedimentos para o reajuste das mesmas;

V - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades





de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução dos serviços bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;

XI - ao foro e a forma de solução das divergências contratuais.

Art. 20. Incumbe à concessionária ou permissionária a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Poder Público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária ou permissionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias, ou complementares ao serviço delegado, bem como a implementação de projetos associados.

Publicado no  
Quadro de Avisos

de 05 / 05 / 2021 a 20 / 05 / 2021

*Bruma Ribeiro Oliveira*

Prefeitura Municipal de Jequiá

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 2º Os contratos celebrados entre a concessionária ou a permissionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior, reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Concedente.

Art. 21. A transferência de concessão ou de permissão ou mesmo do contrato societário da delegatária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará na caducidade da delegação.

Parágrafo Único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à ascensão do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 22. Nos contratos de financiamentos, as delegatárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão ou permissão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade do serviço.

Parágrafo único: Veda-se o oferecimento em garantia de bens e direitos que estejam vinculados à prestação continuada dos serviços concedidos ou permitidos, salvo quando autorizado expressamente pelo Poder Concedente ou Permitente.

**CAPÍTULO VII**  
**DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE**

Quarta de Avisos

Art. 23. Incumbe ao Poder Concedente:

de 05/05/2021. 20/05/2021

*Anna Rêgo Oliveira*

Prefeitura Municipal de Jequiá

I - regulamentar o serviço delegado e fiscalizar permanentemente a sua

*[Assinatura]*



prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstas em lei e no regulamento;

IV - extinguir a concessão ou permissão, nos casos previstos nesta Lei Complementar e na forma prevista no contrato;

V - nos casos de permissão, fixar a cada momento as tarifas aplicáveis;

VI - nos casos de concessão, homologar reajuste das tarifas de referência, na forma desta Lei Complementar, das normas pertinentes do contrato;

VII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas dos contratos de concessão e de permissão;

VIII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

IX - estimular o aumento da qualidade, produtividade, competitividade, obedecida a preservação e proteção de meio ambiente;

X - garantir a plena execução da concessão e da permissão.

Art. 24. No exercício da fiscalização da execução do termo de permissão ou do contrato de concessão, o Poder Concedente, após notificação da delegatária, no prazo legal, terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos, financeiros e humanos da permissionária ou

Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruno Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai







PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199 – Centro – 39.370-000.

ESTADO DE MINAS GERAIS



concessionária.

Publicado no  
Quartel de Avisos  
de 05/05/2021 às 05/2021  
Assuta Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai

**CAPÍTULO VIII**  
**DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA**

Art. 25. Incumbe à concessionária ou permissionária:

- I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei Complementar, nas formas técnicas aplicáveis e no contrato de concessão ou termo de permissão;
- II - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do contrato de concessão ou termo de permissão;
- III - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, as obras aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- IV - nos casos de concessão, promover as desapropriações e construir servidões autorizadas pelo Poder Concedente, conforme previsto no edital e no contrato;
- V - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação de serviço.

Parágrafo Único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária ou permissionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária ou permissionária e o Poder Concedente.

*Assuta Ribeiro Oliveira*

## **CAPÍTULO IX**

### **DA INTERVENÇÃO NO CONTRATO DE CONCESSÃO**

Art. 26. O Poder Concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por Decreto do Poder Concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo de intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 27. Declarada a intervenção, o Poder Concedente deverá, no prazo de trinta dias, instalar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidade, assegurado o direito de ampla defesa da concessionária.

§ 1º Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º O procedimento administrativo a que se refere o **caput** deste artigo, deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 28. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, procedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

Publicado no  
Quarto de Avisos

de 05 / 05 / 2021 a 20 / 05 / 2021

*Assina*  
Prefeitura Municipal de Jequitai



## **CAPÍTULO X**

### **DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E DA PERMISSÃO**

Art. 29. Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - rescisão;

IV - anulação;

V - falência ou extinção da empresa concessionária.

§ 1º O Poder Concedente poderá cassar a permissão, observados a Constituição, esta Lei Complementar, o Regulamento e o Termo de Permissão.

§ 2º O contrato de permissão poderá ser renunciado pela empresa permissionária, promovendo em seguida o Poder Concedente a sua licitação.

§ 3º É permitido ao Poder Concedente, a seu critério, manter o termo de permissão, no caso de concordata da empresa permissionária.

§ 4º Extinta a concessão, haverá a imediata ascensão do serviço pelo Poder Concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 5º É permitida à Administração Pública, a seu critério, no caso de concordata do concessionário, manter contrato de concessão.

Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bureau Riter Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai



Art. 30. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e, se for o caso, a permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização correspondente.

Parágrafo Único. Na indenização, computar-se-ão todos os investimentos realizados correspondentes ao dano emergente e o montante de lucro, estimado pela delegatória para o prazo remanescente do contrato, a assegurar-se o lucro cessante.

Art. 31. A inexecução total ou parcial do contrato de concessão acarretará, a critério do Poder Concedente, a declaração de caducidade ou a aplicação de sanções contratuais, observando-se esta Lei Complementar e as normas ajustadas entre as partes.

Art. 32. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço devidamente comprovada;

II - a concessionária descumprir cláusulas do contrato, disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;

Publicado no  
Quadro de Avisos

de 05/05/2021 a 20/05/2021

Assinatura: Rileu Oliveira

Secretaria Municipal de Administração



VI - a concessionária não atender a intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 1º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 2º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º desse artigo, dando-lhe prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais, findo o qual, não tendo sido sanadas completamente as irregularidades, nova, idêntica e única comunicação será feita, concedendo o mesmo prazo para enquadramento da concessionária nos termos contratuais.

§ 3º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada, após o devido processo legal, através de Decreto do Poder Concedente, com a indicação expressa do valor total da indenização.

Art. 33. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, mediante ação judicial, com esse fim, não sendo paralisados os serviços pela concessionária até decisão final.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

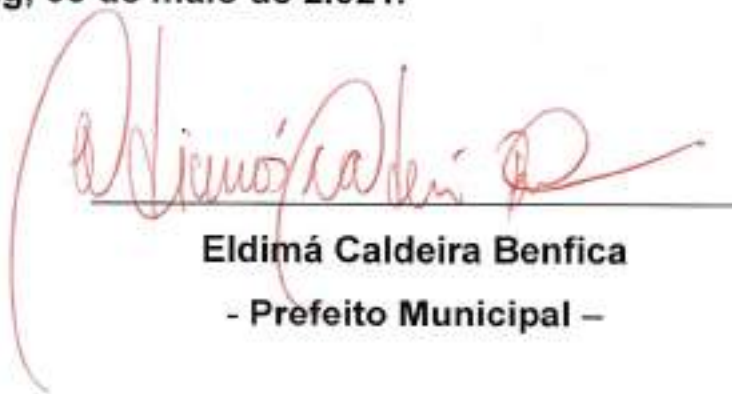
*Assinatura*

Publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 20/05/2021  
Bruna Rilew Oliveira  
Secretaria de Administração

Art. 35. As concessões por prazo indeterminado, em caráter precário, com o prazo vencido, inclusive por força de legislação anterior permanecerão eficazes pelo prazo necessário a realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à outorga das concessões que as substituirão, prazo esse não inferior a sessenta meses, contados da data da publicação desta Lei.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jequitai/Mg, 05 de maio de 2.021.



**Eldimá Caldeira Benfica**

- Prefeito Municipal -

publicado no  
Quadro de Avisos  
de 05/05/2021 a 10/05/2021  
Deyre Ribeiro Oliveira  
Prefeitura Municipal de Jequitai